



## XII-060 - O CENÁRIO ATUAL DO SANEAMENTO AMBIENTAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

**Marizete Caovilla<sup>(1)</sup>**

Engenheira Sanitarista pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade de Cuiabá. Mestre em Física e Meio Ambiente pela UFMT. Analista Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA.

**Luiz Airton Gomes<sup>(2)</sup>**

Engenheiro Civil e Sanitarista; PhD em Engenharia Ambiental pela NCLU, UK.

**Martha Fernanda Caovilla da Costa<sup>(3)</sup>**

Graduanda do Curso de Direito – UNIC/MT.

**Fernanda Cristina Caovilla<sup>(4)</sup>**

Bióloga pela Universidade de Cuiabá. Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental - IPOG Instituto de Pós Graduação Cuiabá. Mestranda em Recursos Hídricos pela UFMT.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Av. Senador Filinto Muller, 1343 apto 408 B – Quilombo Cuiabá MT - CEP: 78043-409 - Brasil - Tel: (65) 36213283 - e-mail: [marizete@ufmt.br](mailto:marizete@ufmt.br)

### RESUMO

É notória a relação existente entre a manutenção das condições ambientais e a qualidade de vida. Assim, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de identificar a evolução da gestão dos serviços de água e esgoto no Estado de Mato Grosso, nos últimos 10 anos, após ter-se iniciado o processo de municipalização, que culminou com a autorização de extinção da Companhia de Saneamento de Mato Grosso – SANEMAT, e no repasse dos sistemas para a gestão municipal. Devido aos baixos investimentos e incapacidade de endividamento, os gestores optaram pelas concessões dos sistemas à iniciativa privada, mesmo com a ausência de uma legislação para o setor. A metodologia utilizada neste estudo foi baseada na aplicação de questionários enviados para os gestores públicos e levantamentos de dados secundários do Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS e Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgotos - ABCON. Os resultados demonstraram, comparativamente com as outras unidades da federação, que é nítida no Estado de Mato Grosso, a predominância dos sistemas públicos, em torno de 60%. Contudo, nota-se que houve uma forte tendência à adoção do regime de concessões, com 20% dos municípios do Estado concedidos, predominantemente naqueles com população inferior a 20.000 habitantes. Os dados apresentam ainda, que o atendimento no abastecimento de água urbana, é próximo a 100% nos sistemas concedidos e na Capital. Porém, apesar desta melhora na distribuição, estes sistemas são intermitentes e, todos fornecem água através de rodízios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saneamento básico, Leis, Concessão, Recursos hídricos.

### INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, o Brasil passou a definir a estruturação dos serviços de água e esgoto. Assim, em 1964 surge o Banco Nacional de Habitação com a missão de implantar uma política de desenvolvimento urbano. Esta política foi implementada em 1971 com o surgimento do PLANASA - Plano Nacional de Saneamento Básico que definiu diretrizes e instrumentos da política para o saneamento e exigia dos Estados a criação das Companhias Estaduais de Saneamento Básico – CESBs. Dentro deste modelo institucional, foi criada a Companhia de Saneamento de Mato Grosso – SANEMAT.

Portanto, este estudo, aborda as principais questões do setor de saneamento em Mato Grosso, que culminou com a recente aprovação do marco regulatório, visando a regulação e a universalização dos serviços de saneamento no país, após vinte anos de ausência institucional. Identificou-se ainda, o *status quo* do arcabouço institucional do Estado e municípios para fazer frente as crescentes e deficitárias situações demandadas do setor de saneamento.



## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### As Políticas Públicas de Saneamento Ambiental

A Constituição Federal - CF de 1988 faz referências ao saneamento básico em seus artigos 21, 23, 30, 175 e 200, definindo atribuições a nível Federal, Estadual e Municipal, relatando as competências comuns entre os poderes.

Vale destacar que, em seu artigo 30 a CF/88 atribui aos municípios a competência de legislar, através da Lei Orgânica, e obriga aos municípios com mais de vinte mil habitantes a instituir o plano diretor, sendo instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e instituir diretrizes para o saneamento básico.

A designação “*interesse local*” aos municípios passou a ser um dos objetos de disputa com relação à competência dos municípios e dos estados no saneamento. Assim, a indefinição relativa à titularidade dos serviços constitui em óbice para a expansão do setor, um elemento adicional na crise que se seguiu a desarticulação dos mecanismos de financiamento e modernização no âmbito do PLANASA. O vácuo criado pela Constituição, até a aprovação da Lei 11.445/07, teve efeito negativo sobre os investimentos públicos e privados e até hoje não foi preenchido.

### A Legislação do Estado de Mato Grosso para o Saneamento

A Constituição Estadual - CE de 1989, em seu artigo 277 prevê que, “*para a solução de problemas comuns relativos ao saneamento básico e preservação dos recursos hídricos, o Estado assegurará a formação de consórcios entre Municípios*”, adotando a bacia hidrográfica como fonte de abastecimento. Assim, o Estado celebrará convênios para a gestão, condicionada às políticas e diretrizes estabelecidas através de um Plano Estadual de Recursos Hídricos, que está sendo elaborado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, atendendo aos princípios da Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei 6.945/97 e Política Nacional de Recursos Hídricos Lei 9.433/97, visando o planejamento estadual dos recursos hídricos.

Ainda no controle da poluição ambiental, Mato Grosso conta com a Política Estadual do Meio Ambiente através da Lei Complementar 38/95, alterada pela Lei 232/05 que tem entre seus objetivos principais a despoluição das águas, preservando os seus mananciais.

### O Cenário Estadual do Setor de Saneamento

O desenvolvimento do saneamento básico no Estado de Mato Grosso ocorreu com a adesão da Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso – SANEMAT ao Plano Nacional de Saneamento – PLANASA em 1975. O PLANASA foi um instrumento de grande valia para expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços, e se destacou com êxito no setor de abastecimento de água.

Porém, com a extinção do plano, e com capacidade limitada da SANEMAT para financiar investimentos, o modelo de gestão foi exaurido. Desta forma, o Governo do Estado de Mato Grosso, após 34 (trinta e quatro) anos de criação da Companhia, e incentivado pela promulgação da Lei das Concessões em 1995 autoriza a extinção da SANEMAT, dando lugar à municipalização dos serviços de água e esgoto.

O processo de municipalização dos serviços de saneamento em Mato Grosso ocorreu a partir da publicação do Decreto 1.802 de 05 de novembro de 1997 e foi conduzido pela Secretaria de Modernização, no âmbito de um programa mais amplo de modernização do Estado. Mesmo assim, a SANEMAT foi a fonte de informações para a transição dos convênios entre o Estado e os municípios, e o patrimônio da SANEMAT reverteu-se ao Estado e aos demais acionistas, ficando o Poder Executivo autorizado a assumir a responsabilidade pelo pagamento do valor das indenizações devidas pelos municípios à SANEMAT, em decorrência do Decreto 1.802/97.

Assim, os municípios que aderiram ao Plano de Incentivo assinaram o Termo de Rescisão do Contrato de Concessão e Confissão de Dívida com a SANEMAT, com interveniência do Governo Estadual, assim como o Termo de Confissão e Assunção de Dívida com o Estado, com anuência da SANEMAT.

Com a promulgação da Lei de Concessões e a existência da Lei 7.358/00, autorizativa de extinção da Sanemat, desencadeia no Estado o processo de municipalização dos serviços de água e esgoto, através da Lei de incentivos 7.359/00 e regulamentada pelo Decreto 2.461/01 – alterada pela Lei 7.353/01, que deu o direito aos municípios de aderirem ao plano de incentivos, obtendo assim, desconto de 40% a 100% em função dos quesitos previstos na Lei.

Portanto, com o objetivo de garantir o acesso universal e sustentado aos serviços de saneamento com qualidade satisfatória, o Governo Estadual sancionou em 2002 a Lei 7.738 que dispõe sobre o abastecimento de água e esgotamento sanitário e cria o Conselho e o Fundo Estadual de Saneamento. A Lei disciplina o setor e prevê a licitação dos serviços prestados, bem como dispõe sobre os recursos do Fundo Estadual que serão



aplicados nos municípios que tenha seu sistema na gestão pública, vetando àqueles que operam com a participação do setor privado.

### As Políticas Municipais

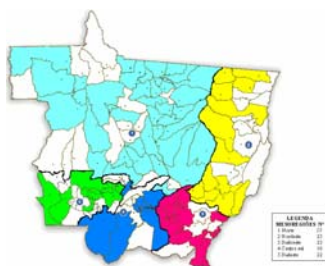
Cumprindo o que determina a CF/88 em seu artigo 30, ao município é atribuído legislar sobre interesses locais, através da lei orgânica, em áreas tais como: plano diretor, uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, cumprindo os instrumentos básicos da política de desenvolvimento e expansão urbana, possibilitando verificar dessa forma, as diretrizes estabelecidas para o saneamento básico municipal.

A legislação municipal deverá contemplar normas para determinar o espaçamento urbano respeitando o desenvolvimento ambiental, em conformidade com o Código Florestal, visando à manutenção da vegetação ciliar ao longo dos cursos d'água e critérios urbanísticos que garantam aos assentamentos populacionais, condições de higiene e saúde.

## MATERIAIS E MÉTODOS

### Caracterização e Localização da Área de Estudo

O Estado de Mato Grosso, situado na Região Centro Oeste do Brasil, possui uma extensão territorial de 906.806,9 Km<sup>2</sup>, com uma população de 2.854.456 habitantes, IBGE (2007), sendo constituído por 141 municípios, distribuídos em cinco mesorregiões, sendo: 55 na Norte (N), 25 na Nordeste (NE), 23 na Sudoeste (SO), 16 na Centro Sul (CS) e 22 na Sudeste (SE), conforme Figura 1.



Fonte: CAOVIOLA, 2007.

**Figura 1 – Localização dos Municípios no Estado de Mato Grosso.**

A metodologia adotada seguiu os seguintes procedimentos: levantamento de dados primários através da aplicação de questionários e visitas a alguns municípios, concluindo com a compilação dos resultados. Como dados secundários foram usados pesquisa bibliográfica, documental, dissertações e teses de doutorado.

## RESULTADOS APRESENTADOS

Decorrido uma década após o início de uma ampla reforma no Estado, que se caracterizou pela ruptura com o modelo centralizador representado pela SANEMAT, observaram-se mudanças ocorridas na situação institucional, da prestação dos serviços de saneamento no Estado, que levaram a um novo modelo descentralizado, via municipalização.

Esse modelo oportunizou aos municípios a possibilidade de tomarem rumos distintos em relação a prestação dos serviços, sendo que, alguns deles optaram pela concessão ao setor privado, outros criaram autarquias, departamentos autônomos ou companhias de economia mista com gestão pública, como é o caso da capital mato-grossense, para a gestão de seus serviços de água e esgoto.

### A Municipalização e as Concessões dos Serviços de Água e Esgotos em Mato Grosso

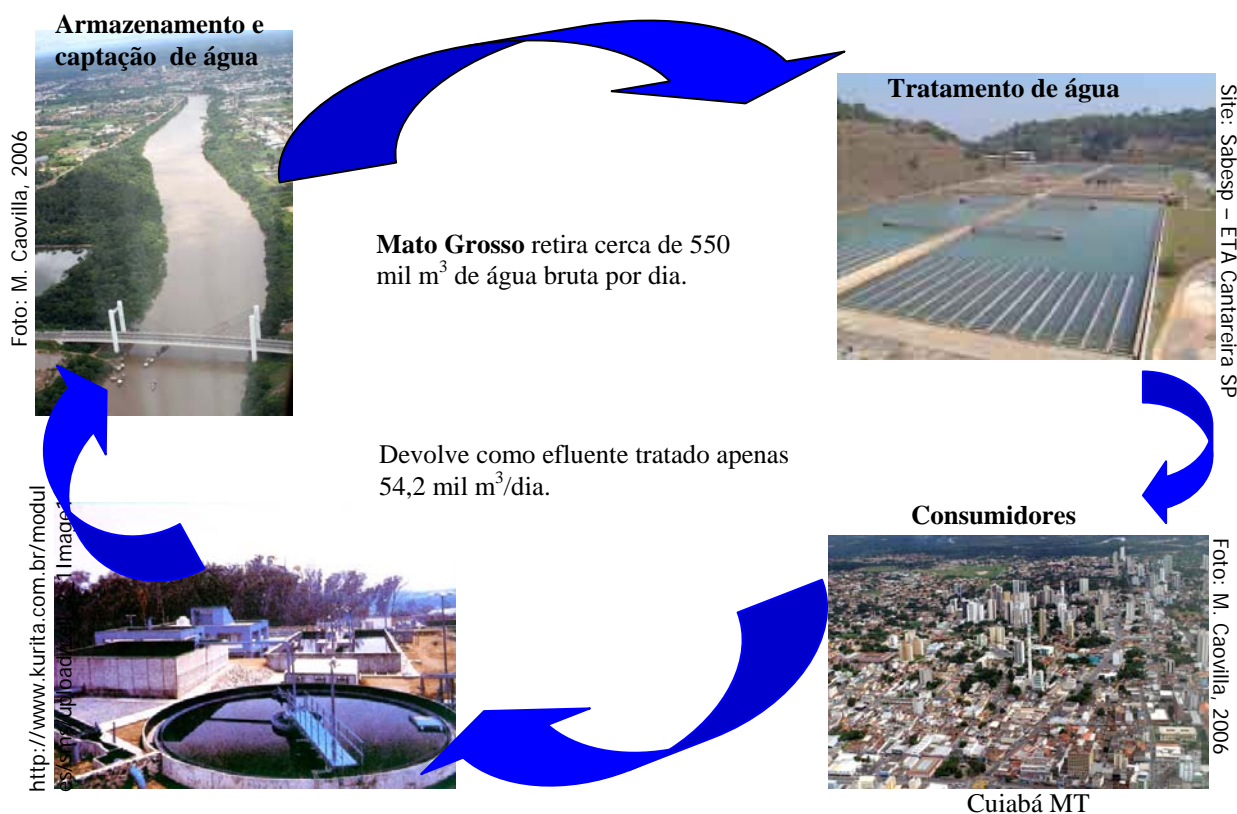
O processo de municipalização desencadeado no Estado resultou no avanço das concessões, e atualmente a participação do setor privado, representa aproximadamente 20% dos municípios do Estado, atendendo a uma população de aproximadamente 600 mil habitantes, de acordo com dados da ABCON (2007). No entanto, permanecem ainda 80% dos municípios atendidos pela gestão pública direta através de Departamento de Água e Esgoto - DAE, Sistema Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, e Companhia de Economia Mista de Gestão Pública.

Para os municípios que tiveram seus serviços retornados ao poder público municipal, vivencia-se uma realidade caótica no setor de saneamento, devido à forma que ocorreu o processo, onde o apoio do Estado resumiu-se apenas a promulgação da Lei 7.359/00, que autorizava incentivos a municipalização, através da adesão ao Plano de Incentivos e assinatura do Termo de Rescisão do Contrato de Concessão e Confissão de Dívida com a SANEMAT.

Dos 92 municípios que eram servidos pela Companhia, 51 atenderam aos quesitos e receberam 100% de isenção das dívidas. Este quadro foi agravado entre 1998 a 2004 com a emancipação de mais 15 municípios, que nasceram sem regulamentação do setor de saneamento e sem apoio financeiro para suprir as necessidades populacionais, atribuindo assim, a tendência de transferência de responsabilidades da gestão do saneamento, para a iniciativa privada (CAOVILLA *et al* 2007).

### Panorama do Saneamento Ambiental no Estado de Mato Grosso

Estes resultados substanciam uma visão ampla do saneamento básico urbano no Estado de Mato Grosso. Fica evidente um quadro geral de condições insatisfatória a precária dos serviços e cobertura dos sistemas. Observou-se ainda uma discrepância acentuada entre os serviços de tratamento de esgoto, sendo que a cobertura de abastecimento de água é muito superior, como mostrado na Figura 2.



**Figura 2** O Ciclo do Saneamento no Estado de Mato Grosso.

Sempre que se fala em saneamento, o foco recai sobre as áreas urbanas, pela imensa capacidade de gerar demandas de água e efluentes em detrimento das zonas rurais. Isto ocorre devido ao adensamento demográfico e a densa concentração de atividades humanas e econômicas. Daí a preocupação específica em se promover serviços de saneamento adequados como forma de assegurar e proteger o meio ambiente de um modo geral, e em especial os recursos hídricos.

Desta forma, o estudo mostra que cerca de 550 mil m<sup>3</sup> de água bruta por dia são retirados dos mananciais para suprir as necessidades de abastecimento para a população, sendo devolvido como efluente tratado apenas 10% deste valor, contribuindo para a poluição dos recursos hídricos, Figura 2.

Portanto, fica nítida a enorme necessidade de investimentos nos sistemas de tratamento de efluentes, para que se possa obter água com qualidade para suprir a demanda crescente, e preservação do meio ambiente.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento migratório no Estado de Mato Grosso, influenciado pelo crescimento demográfico dos municípios, traz conseqüências ambientais graves, especialmente aos recursos hídricos, potencializando a degradação ambiental, devido à falta de esgotamento sanitário e da quase inexistente capacidade de tratamento na maior parte dos municípios, e, portanto exigindo ações de saneamento significativas. Esta situação nos coloca frente a um grande *déficit* de infra-estrutura no setor de saneamento no Mato Grosso, que precisa ser urgentemente coberto, pois as obras de saneamento têm uma relação direta com a saúde pública.

CAOVILLA *et al* (2007) relata que apenas 10% dos esgotos domésticos são tratados no Estado, impactando negativamente a qualidade da água de importantes mananciais de municípios com expressiva relevância econômica, tais como: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sorriso, Sinop, Tangará da Serra, Cáceres, Lucas do Rio Verde, que quando tratam seus efluentes domésticos, o fazem apenas parcialmente.

Portanto, a Lei 11.445/07 que assegura os direitos do consumidor e possibilita o planejamento do setor, estabelece critérios que permite aos municípios acessar recursos do governo federal ou gerido por ele, através do plano municipal de saneamento. Desta forma, neste cenário, uma possível solução para os municípios, pode estar vinculada à formação dos consórcios públicos regionais, previstos em lei, e já constituídos no Estado de Mato Grosso, o que viria fortalecer principalmente os municípios de pequeno porte, que representam 80% do Estado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABCON – Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto. 2007. Disponível no site: <[http: www.abcon.com.br](http://www.abcon.com.br)> acessado em 08/02/2007.
2. ABICALIL, T. M. Metas do Milênio – Investimentos insuficientes e cenários de crescimento dos serviços distanciam universalização. Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente – Rio de Janeiro RJ. ISSN 0103-5134 Ano XV. n° 40 out/dez. BIO/ABES, 2006.
3. BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Dispõe sobre a Política Nacional de Saneamento Ambiental. Disponível <[http: //www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)> acessado em 10/01/2007.
4. CAOVIALLA M. A Gestão Municipal dos Sistemas de Água e Esgoto do Estado de Mato Grosso: Uma Abordagem Crítica. Dissertação de Mestrado. Depto. Física e Meio Ambiente/UFMT. 2007.
5. CAOVIALLA M. A; LIMA E. B. N. R; GOMES. L. A. Avaliação dos Sistemas Municipais de Água e Esgoto do Estado de Mato Grosso, Interface com Recursos Hídricos. Trabalho apresentado no XXIV Congresso da ABES. Belo Horizonte MG. 2007.
6. CAOVIALLA, M. GOMES, L. A. COSTA, M. F. C. Avaliação da Gestão Pública e Privada dos Serviços de Água e Esgoto no Estado de Mato Grosso, Brasil. Trabalho apresentado nos anais do XXXI Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental AIDIS. Santiago Chile. 2008.
7. IBGE, Contagem populacional, 2007. Disponível no site: <[HTTP: WWW.ibge.br](http://WWW.ibge.br)> acessado em agosto de 2008.
8. SNIS – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO. Diagnóstico Nacional dos Serviços de Água e Esgoto-2004. SEDU/IPEA: Brasília DF; 2005.